

Comunicado à Imprensa

Governo brasileiro estuda acesso gratuito aos serviços públicos digitais



A discussão está no âmbito do Ministério das Comunicações a fim de que tecnologia seja, efetivamente, uma ferramenta que melhora a vida das pessoas, ajudando a reduzir desigualdades e aumentando a eficiência dos serviços públicos.

Rio de Janeiro, 24 julho 2024 - O governo brasileiro estuda a possibilidade de oferecer acesso gratuito aos serviços públicos digitais. A afirmação foi feita pela ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, durante o painel “Transformação do Estado no século XXI” na tarde desta quarta-feira (24), na sede do BNDES, como parte da programação do *States of Future*.

A tecnologia deve ser vista como uma ferramenta que melhora a vida das pessoas, ajudando a reduzir desigualdades e aumentando a eficiência dos serviços públicos. Uma das dificuldades é a baixa qualidade da conexão, apesar de 84% da população do país estar conectada à internet, segundo a pesquisa anual TIC Domicílios 2023.

“A rede é muito precária, com baixo pacote de dados. E as pessoas acessam, basicamente, o WhatsApp, que é gratuito. Então, como é que a

gente investe nisso? Tivemos uma discussão enorme com o Ministério das Comunicações. Porque os serviços públicos não podem também ser acessados sem consumir rede? “, questiona Dweck. Para ela, “as pessoas devem ver a transformação digital como algo que realmente vai facilitar a vida delas e não ser mais uma dificuldade para elas acessarem os serviços públicos que são tão essenciais”

O letramento digital também pode ser uma barreira. **Na experiência do governo de Barbados**, além da criação de aplicativos úteis para a população, existe um programa de embaixadores que ajudam os mais velhos a se adaptarem às novas tecnologias, levando este conhecimento para dentro de casa. Além disso, **está desenvolvendo um dos poucos centros de armazenamento de dados sustentáveis do mundo. “Queremos usar essa tecnologia para construir produtos e serviços que sirvam ao bem comum.** Porque acho que precisamos ser capazes de pivotar essa dinâmica em que cada novo processo de industrialização deixa o Sul Global para trás”, analisa Marsha Caddle, ministra da Indústria, Ciência e Tecnologia daquele país.

A preocupação de que ninguém seja deixado para trás também foi apresentada por Geraldine Fraser-Moleketi, presidente da Thabo Mbeki Foundation. Ela lembrou que a pandemia de Covid-19 demonstrou que é possível adotar tecnologias rapidamente, mas também revelou a exclusão de milhões de pessoas. É fundamental evitar que a inovação tecnológica amplie desigualdades existentes. **“Em vez de concentrar benefícios apenas nos mais poderosos, devemos garantir acesso equitativo a serviços e oportunidades. Assim, a tecnologia pode realmente promover a inclusão social e a justiça no desenvolvimento”,** comenta.

Na opinião de José Luis Escrivá, ministro para a Transformação Digital e da Função Pública da Espanha, “a introdução de novas tecnologias vai dar risco à desigualdade e à desinclusão. Para que esses efeitos negativos sejam evitados é preciso ter um muito forte senso de igualdade e também ser muito proativo”. Na Espanha, a abordagem sobre a transformação digital envolve quatro estratégias principais. Primeiro, a difusão da tecnologia, garantindo que ela alcance todas as áreas, incluindo as que têm mais dificuldade em absorvê-la. Segundo, aceitação pública, construindo consenso com a sociedade civil para legitimar o uso de novas tecnologias. Terceiro, o investimento em capital humano, com políticas públicas que capacitem a população a entender e utilizar essas inovações. Por fim, a integração tecnológica na administração pública deve facilitar o trabalho dos servidores e melhorar a prestação de serviços públicos, sem substituí-los.

Para Conrado Ramos, secretário geral do Centro Latinoamericano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), em vez de focar em problemas pontuais e desatualizados, devemos investir em ecossistemas de inovação que

facilitem a inclusão digital e a ampliação dos direitos sociais. “É crucial que a tecnologia não apenas resolva problemas superficiais, mas também contribua para mudanças profundas nas condições de vida, alinhando as expectativas da população com os avanços tecnológicos e a inclusão social,” finaliza.

O evento *States of Future* é realizado pelos ministérios da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), das Relações Exteriores (MRE), do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A organização é da Maranta e da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura no Brasil (OEI). Apoiam o *States of the Future* a Open Society Foundations e a República.org.

